

SELETIVIDADE

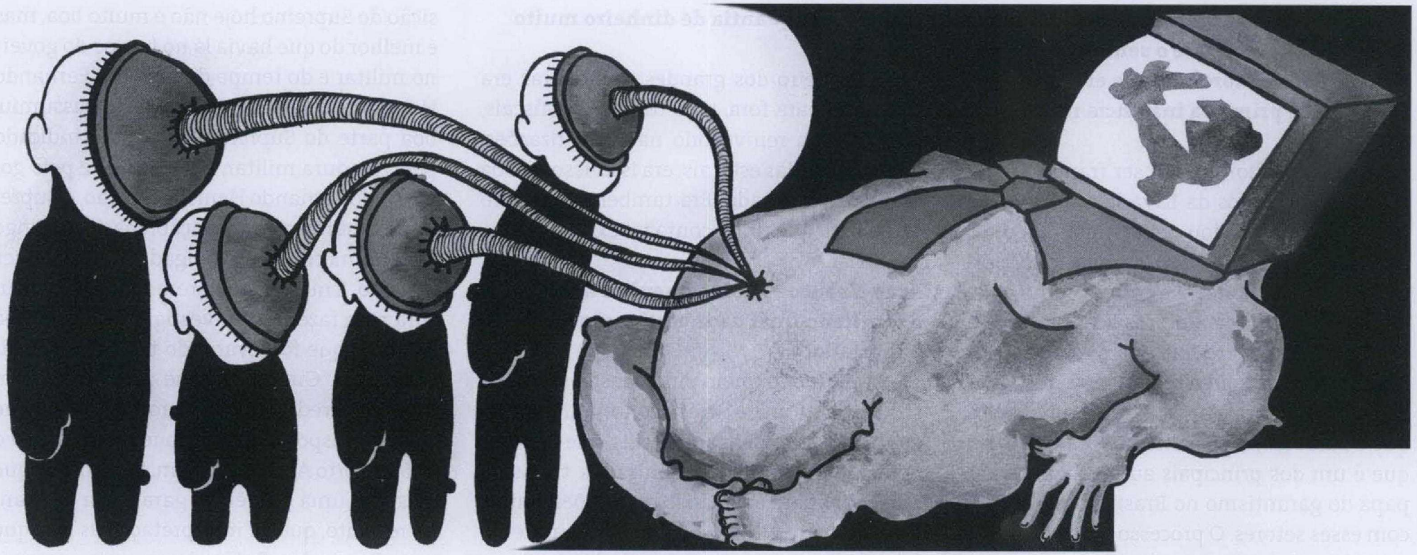


ILUSTRAÇÃO: MARINA JANUZZI

O ESCÂNDALO POLÍTICO É A MÍDIA

A espetacularização da corrupção na mídia atende a interesses específicos das classes dominantes e serve de controle social



por Lilian Primi

“O vazamento de informações está para a democracia assim como a tortura para a ditadura.”

Yves Mamou, jornalista, ex-editor do jornal francês Le Monde

De natureza ambivalente, no limite da contradição absoluta, o vazamento de informações nas sociedades atuais transformou-se numa poderosa arma política e de controle social, potencializada na atualidade pelas redes virtuais. Para o bem e para o mal, une sob o mesmo guarda-chuva vazamentos sobre fatos reprováveis da vida íntima de políticos — como a denúncia de abuso sexual feita em 2011 por uma camareira de um hotel de Nova Iorque contra o diretor-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) e potencial candidato à presidência da França, Dominique Strauss-Kahn —, até aqueles que envolvem políticas internacionais criminosas, como as denúncias feitas pelo site WikiLeaks a respeito dos crimes de guerra que teriam sido cometidos pelo governo dos Estados Unidos contra o Afeganistão, em 2001. “Há uma dialética muito grande nesse sistema de vazamento (*construído durante o século 20*) porque (*algumas vezes*) o segredo tem um motivo de existir”, argumenta a advogada Anna Cecilia Faro Bonan, especializada em direito penal e constitucional e professora na Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas razões se fundamentam principalmente no fato de que as consequências de um escândalo público são irreversíveis, mesmo quando se descobre, depois, que aquelas informações eram mentiras.

A advogada detalha os conceitos e variáveis envolvidos nos vazamentos no artigo “Autonomia na Hidráulica da Democracia: a Hermenêutica dos Vazamentos” e afirma que a gasolina por trás destes processos é sempre a fascinação humana pelo oculto. “Isso ficou muito claro quando ocorreram os vazamentos das conversas telefônicas entre Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Para a população é um fascínio muito grande ouvir uma conversa particular entre dois presidentes e isso gera uma demanda por mais vazamentos”, afirma. A mídia exerce um papel importante porque, segundo Anna, dá “publicidade” — no sentido acadêmico da palavra — para o segredo. “Os dois (*fazer segredo ou vazá-lo*) são bons eventualmente. O se-

gredo é bom quando protege garantias processuais, mas pode ser ruim na medida em que esconde fatos que ferem o interesse público. O vazamento é ruim quando não está a favor do interesse público”, explica.

A definição do que é de interesse público, portanto, é essencial para entender o processo. “Interesse público é um conceito muito aberto. Então, quem é que vai determinar o que é interesse público e o que não é? Atualmente, quem tem determinado é a mídia, a ‘fábrica de opiniões’. Você fabrica uma opinião”, afirma Anna. A partir da opinião “fabricada”, segundo a advogada, é que a mídia seleciona a informação que merece ou não ser publicada. “Agora esse interesse é público ou da mídia? É óbvio que defende o interesse dela, e se protege sob o manto do interesse público”, explica Anna, que trata a Lava Jato como um exemplo único de situações em que os efeitos dos vazamentos são nocivos e, portanto, contrários ao real interesse público, em seu artigo, no qual escreve:

“A Lava Jato é, possivelmente, o pretexto da maior mobilização de vazamentos na história do País, talvez por inaugurar o vasto uso subsequente das delações premiadas após sua regulamentação normativa. Iniciou-se a “delação das delações”, escreve. Mais à frente, identifica o Ministério Público e a Polícia Federal como personagens — ou operadores — dos vazamentos da Lava Jato, definida por ela como um “processo penal de espetáculo”, envolvendo relações perniciosas entre o Ministério Público, autoridades policiais e mídia. “Essas relações parecem ter evidenciado o uso recorrente de três formas do que aqui chamamos de vazamentos estratégicos, isto é, com interesses políticos bem definidos, de modo que o *case* brasileiro é um interessante caso de estudo para a observação dos efeitos nocivos dos vazamentos.”

Moro e a alta classe média

“Trata-se de um jogo complexo do (*juiz Sérgio*) Moro com a imprensa. Ele escreveu um artigo famoso a respeito da Operação Mãos Limpas, onde fala muito da importância de jogar com a imprensa. A história dos vazamentos com a imprensa é complexa. Por que abriram (*a lista de Rodrigo Janot e os depoimentos dos delatores da Odebrecht*)? Não tenho opinião”, diz o sociólogo Armando Boito, que atualmente pesquisa a grande burgue-

sia brasileira e também a influência da corrupção sobre a classe média. “Os movimentos contra a corrupção são típicos da classe média, desde a primeira República até agora. Uma fração da classe média, a alta classe média, saiu às ruas porque estava muito incomodada com a política social do PT (*de distribuição de renda por meio de programas como o Bolsa Família*). Eles acham que sai muito caro e que são eles que pagam. Outro motivo era ideológico — entendeu que a população pobre e negra estava invadindo espaços até então monopolizados pelos abastados”, explica.

Para o professor, a Lava Jato e os agentes da Polícia Federal ligados a ela formam um partido político que representa a alta classe média e os vazamentos, nesta sua análise, são, portanto, uma espécie de “chamada pública” para este grupo. “Ninguém vai para as ruas gritar contra o aumento do salário mínimo, o Bolsa Família e educação continuada. Aí vai e denuncia a corrupção, não como um mero despiste. A corrupção sensibiliza, mas a operação ideológica coloca a questão principal oculta atrás da corrupção. Neutraliza o movimento popular, porque a população pobre também tem aversão à corrupção”, diz. E termina engrossando o bloco dos descontentes, que se fosse restrito aos integrantes da alta classe média, não serviria para representar o “interesse público”.

“Trato a Lava Jato como uma espécie de partido político dessa alta classe média porque os procuradores, juizes e delegados da PF são agentes do Estado, mais particularmente do aparelho repressivo do Estado. Os funcionários do Estado ligados ao aparelho repressivo têm cultura, educação e formação diferentes dos funcionários públicos em geral”, continua o professor, que os define como autoritários em primeiro lugar, e eles próprios, integrantes da alta classe média. “Os salários são muito altos e inconstitucionais, porque ultrapassam o teto para funcionário público. Este grupo de juizes, procuradores e delegados formaram uma espécie de partido político da alta classe média e quando falam da relação com a imprensa, falam dessa relação”, explica.

Armando cita a chamada “maior manifestação contra corrupção da história brasileira”, realizada pelos movimentos Vem pra Rua e MBL em março de 2016, como um

exemplo claro da ligação entre a mídia e a alta classe média, representada pelo MPF/PF. “No começo do ano estive a pique de ser suspenso porque tanto o Vem pra Rua e o MBL, quanto as demais organizações que haviam chamado a manifestação em janeiro, no começo de março avaliavam que seria um fiasco. Qual foi o fato que a transformou num sucesso? Foi a condução coercitiva do Lula, que pode ter sido um mecanismo para alavancar a manifestação”, diz Boito. E que gerou muitas manchetes negativas para os dois políticos petistas.

O mês de março de 2016, o anterior ao afastamento da presidente Dilma Rousseff, corresponde a um dos picos de manchetes negativas relacionadas à presidente eleita e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva registrados na plataforma Manchetômetro pelo professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), João Ferez. Dilma teve 371 manchetes contrárias a ela ou seu governo e 11 favoráveis; Lula teve 363 contrárias contra 16 favoráveis, e o PT, 282 manchetes contrárias e 14 favoráveis publicadas nos principais veículos brasileiros. Coordenado por Ferez, o Manchetômetro faz um acompanhamento diário da cobertura política e de economia nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*; e do *Jornal Nacional*, da TV Globo. No seu estudo, Ferez codificou chamadas de capa e textos de opinião publicados entre o dia primeiro de janeiro de 2014 até 27 de agosto de 2016 nos veículos acima e também em *O Estado de Minas* e *Valor Econômico*, além de todo o conteúdo veiculado pelo *Jornal Nacional*. A base de dados deste estudo tem, no total, 35.049 matérias codificadas.

Neste período, segundo o monitoramento do Manchetômetro, o juiz Sergio Moro só recebeu manchetes favoráveis, neutras ou ambivalentes. As contrárias só aparecem em junho (duas publicações) e agosto (três publicações) de 2016. Outra grande diferença é a intensidade — o número total de manchetes citando o magistrado em março de 2016 nos jornais monitorados foi de 146 publicações, 33 delas favoráveis e 78 neutras; enquanto Dilma foi citada no total em 497 manchetes e Lula, 479 vezes — esses totais incluem manchetes neutras ou ambivalentes. As mais de setecentas manchetes contrárias aos dois petistas foram alimentadas

“QUEM É QUE VAI DETERMINAR O QUE É INTERESSE PÚBLICO E O QUE NÃO É? ATUALMENTE, QUEM TEM DETERMINADO É A MÍDIA, A ‘FÁBRICA DE OPINIÕES’”

basicamente pela Lava Jato: em março de 2016 foram vazadas a delação de Delcídio do Amaral, que tentou implicar Dilma e Lula em malfeitos na Petrobras; a super lista da Odebrecht, com duzentos políticos de dezotoito partidos implicados em ações ilegais com a empreiteira, e a gravação ilegal da conversa telefônica entre Dilma e Lula. Este vazamento foi feito pelo próprio juiz Sérgio Moro.

“A Lava Jato se apresenta, responde e se comunica com a alta classe média e eles têm consciência disso. E os manifestantes veem os integrantes da Lava Jato como seus representantes. O que não exclui aquela coisa que também apareceu, via WikiLeaks, e que mostra a mão dos Estados Unidos na Lava Jato, que são as viagens constantes de Moro para lá. Ele fez um curso nos Estados Unidos (*em 2007, do International Visitors Program, organizado pelo Departamento de Estado do governo estadunidense para treinar juizes na investigação de crimes do colarinho branco e de lavagem de dinheiro*). Depois foi dado um curso no Rio de Janeiro com procuradores e juizes de vários estados. E mais para frente outro, em Curitiba, especialmente para o Moro e seus seguidores. Na realidade a alta classe média é a classe média Miami. As coisas convergem”, diz Armando Boito.

A relação que aparece nos números do

Manchetômetro anima o espetáculo a que Anna se refere. Ela faz um alerta ao analisar as consequências desse espetáculo para o processo penal em si: “O fato (*o vazamento seletivo e estratégico*) é ainda mais grave quando o espetáculo é dirigido não somente à execução criminal, mas também à investigação e à ação penal, isso porque fomenta a formação de uma opinião popular, por meio de uma linguagem sensacionalista e de apelo emocional, já condenatória, que neutraliza o princípio da inocência e influencia todos os procedimentos a serem tomados e, pior, a própria sentença judicial. É a expressão factual do clássico verbete *‘trial by media’* ou da ‘sentença midiática transitada em julgado’”, escreve.

Democracia financeirizada

O resultado político da atual luta contra a corrupção, segundo Armando Boito, afeta a democracia porque o poder do dinheiro foi convertido em poder político. “O que a prática está mostrando é que os ricos compram decisões favoráveis. A democracia na qual a gente vive é muito mais funcional e favorável aos endinheirados, que podem comprar decisões dos governos. Isso é o mais óbvio que está aparecendo e que a mídia hegemônica não mostra”, explica. Neste cenário, os trabalhadores não têm uma via de acesso ao poder. “Estão em desvantagem muito grande. Os capitalistas podem comprar decisões, os trabalhadores não. Então todos podem se organizar e reivindicar, mas só uma minoria consegue”, analisa.

Para o sociólogo, a Lava Jato é seletiva, mas não porque perseguiu o PT. “Isso todo mundo vê, que persegue mais o PT. Mas a seletividade é maior. (*As acusações*) Só atingiram as grandes empresas nacionais e aí tem o dedo do imperialismo, sim, senhor. Pegou as grandes construtoras brasileiras porque o mercado imobiliário brasileiro é cobiçado pelas estrangeiras”, afirma Boito. O professor lembra a declaração dada à imprensa em 2013 pela comissária de Comércio da União Europeia, Cecilia Malmstrom, sobre as exigências da Europa para assinar um acordo de comércio com o Mercosul. “Exigia maior abertura para as empresas europeias no processo de contratação de obras públicas aqui. Isso porque em 2013, o mercado de obras públicas no Brasil movimentou mais



do que movimentaram os mercados da Índia e da Argentina somados”, lembra o professor da Unicamp.

Este processo seletivo tem como objetivo desarticular as grandes empresas nacionais, diz ele. “O combate à corrupção é um instrumento de combate da alta burguesia internacional contra a burguesia doméstica (representada pelo PT), que tem interesses diferentes dos interesses da burguesia internacional. São duas frações burguesas rivais”, diz. O embate entre essas forças

teria levado à destruição da indústria de navegação, recém resgatada da destruição de que foi vítima no processo de privatização promovido pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso e fortemente atingida pelas denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras; e enfraqueceu a indústria nacional, atualmente representante de pouco mais de 11% do PIB brasileiro, com previsão de queda para 8% este ano.

A advogada criminalista Heloisa Estellita, especialista em lavagem de dinheiro e professora da Fundação Getúlio Vargas, diz ser impossível afirmar ou negar essa influência de uma forma direta, mas ressalta que qualquer investigação criminal que envolva uma grande corporação terá impactos financeiros na sua operação, que podem ser de certa forma protegidos pelo Judiciário. Ela questiona a conveniência da aplicação da responsabilidade penal da pessoa jurídica em certos casos, porque pode ter efeitos nocivos sobre grupos que nada têm a ver com o crime, como os trabalhadores da empresa. “Uma empresa não é boa ou ruim em si. Uma vez que se tire os membros que criaram uma determinada cultura criminosa, não é impossível recuperá-la e isso é do interesse nacional. É muito do nosso interesse. Somos um País de grandes dimensões que não pode se dar ao luxo de perder gran-

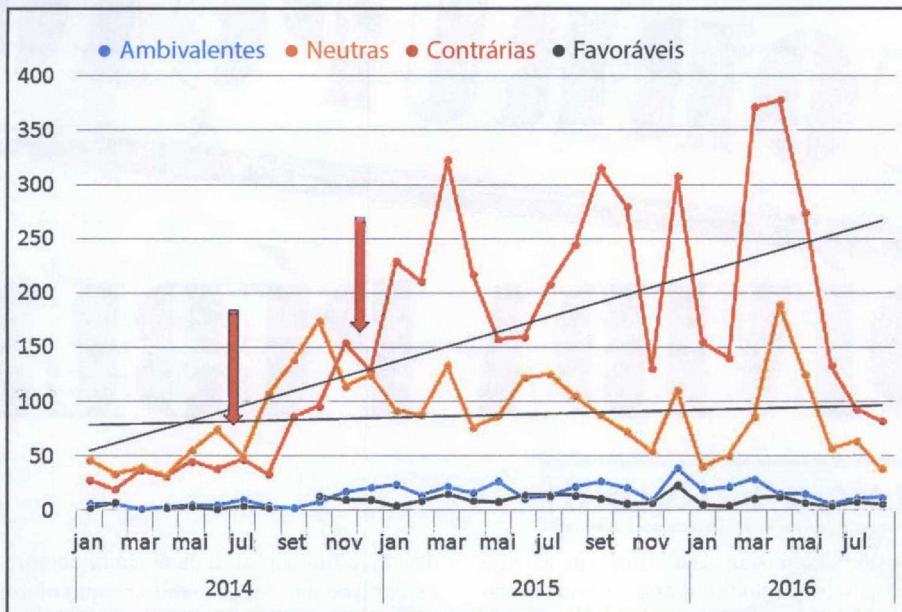


Gráfico do Manchetômetro mostra as referências a Dilma Rousseff

des empresas que, se têm uma parte podre, também prestam serviços”, diz.

Pagando a conta

Vítima de um linchamento midiático sistemático e crescente desde a sua eleição, Dilma Rousseff, cumpriu uma pesada agenda internacional na segunda quinzena deste abril, quando percorreu as dez maiores universidades estadunidenses, participando de seminários e debates sobre o Brasil. Encontrou-se com representantes de coletivos, de movimentos sociais e sindicalistas dos Estados Unidos e também do México. Em todas as suas apresentações, a presidente eleita denunciou o golpe que sofreu, apontou a imprensa como um personagem crucial deste processo e indicou a democratização da mídia como a única forma de garantir a manutenção da democracia no País. Ironicamente, a pouca atividade neste sentido, de democratizar a produção e distribuição de informação, foi uma crítica persistente ao seu governo. “É importante falar sobre isso. O PT cometeu falta grave ao não tocar nisso por longo período e quando o fez, era tarde demais. Está pagando o preço”, afirma Anna, para quem, se os veículos jamais serão imparciais por sua própria natureza, é preciso que todos os grupos políticos tenham os seus representantes com poder semelhante. “Na Argentina esse proces-

so começou, mas está sendo destruído agora na gestão do (Maurício) Macri. Não é para censurar, mas garantir a democratização de acesso à informação”, argumenta.

Anna, assim como o sociólogo Armando Boito, não acredita na passividade completa da população diante da manipulação midiática. “Tivemos uma mudança brusca nas formas de divulgação, que possibilitou a visibilidade internacional. O show torna-se um espetáculo, um escândalo muito grande, acompanhado por todo mundo

em todos os lugares e as mídias sociais são um catalisador. Sai na TV e em segundos está na internet como rastilho de pólvora”, afirma. A velocidade e o ingrediente emocional inerente ao show do escândalo esconde o conteúdo e as reações do público passam a considerar apenas a “publicidade”, não o conteúdo. “Falamos os maiores absurdos a respeito do Lula, por exemplo. Está ficando muito grotesco. O próprio Moro está vazando (informações). Ele teve até que pedir desculpas”, afirma Anna, para quem a avalanche de denúncias e a parcialidade de Moro começa a fazer o público se voltar contra ele. “O povo tem, de certa forma, os seus valores. A mídia tem poder de influência muito maior quando consegue mobilizar esses valores e pontos culturais. Por exemplo, quando acessa valores da cultura positivista de quem tem que prender político corrupto. Mas quando ela aparece dizendo que tem que cortar seu décimo terceiro e férias, não gosta e se posiciona. Não são fantoches”, afirma.

Ninguém arrisca, neste momento, uma previsão de como a Lava Jato — e também a crise política brasileira — irá terminar. “Tem que abrir uma constituinte... Mas quem vai fazer isso? Esse Congresso aí? Só com povo na rua e o povo está numa situação atávica, fechado em casa”, avalia Anna. **C**

Lilian Primi é jornalista.